AVALIAÇÃO E GESTÃO ESCOLAR EM DIFERENTES CONTEXTOS

Lueli Nogueira Duarte e Silva (UFG)

Fabio Perboni (UFGD)

Thiago Rodrigo Fernandes da Silva Santos (UFPE)

José Antônio Vega Serrano (Cuba - Visitante UFGD)

Palavras-chave: Gestão Democrática; participação cidadã; Gestão escolar; qualidade social.

Introdução

Este simpósio visa apresentar análises de resultados de pesquisas em andamento acerca de políticas educacionais que tratam, de algum modo, da tríade gestão escolar, avaliação externa e qualidade da educação que vêm sendo implementadas no Brasil, particularmente na rede pública de Goiás, Mato Grosso do Sul e Pernambuco, e em Cuba. Esses estudos se fundamentam em uma perspectiva epistemológica crítica/dialética, de natureza qualitativa, que recorre à análise de documentos oficiais, em estudos bibliográficos, comparativos e em pesquisa empírica.

No tempo presente os processos de reforma do Estado têm sido marcados por lógicas privadas de gestão implementadas nos sistemas públicos. Este processo é engendrado por um arranjo institucional complexo, envolvendo um conjunto de atores que, na definição gramsciana, conformam a atuação do Estado em sentido amplo. No arcabouço explicativo desse cenário se destacam as avaliações externas e em larga escala da educação básica, empreendidas com diferentes formatos. Tem-se, portanto, um cenário em que concepções de gestão, com viés mercadológico, se impõe como parâmetro para a gestão escolar, em busca de resultados parametrizados.

A atuação dos Organismos Internacionais no campo da Educação Básica dos países da América Latina pode ser analisada por meio de diferentes perspectivas. Cabe ressaltar que, a depender do contexto onde se situam as relações entre estes atores supranacionais e os seus Estados-membros, as conclusões podem variar acerca das intenções demandadas e do perfil instrumental utilizado para a efetivação delas. Nesse sentido, o tema que mais frequentemente vem aparecendo nos documentos orientadores de Educação assinados por estes organismos é o da gestão educacional, quase sempre atrelado aos mecanismos de controle da prática pedagógica e à avaliação (educacional e/ou da aprendizagem), formando um certo **“tripé de orientação política em Educação”**. Resultante disso, existe, de maneira sistemática, a moldagem de um tipo de sujeito, para um determinado tipo de sociedade e de sociabilidade.

Este cenário descrito e estudado na literatura da área é conhecido como uma tendência geral dos sistemas de ensino, em nível mundial, num processo de avanço neoliberal que impõe um movimento contínuo de reforma do Estado. Cabe, entretanto, uma melhor compreensão desse processo, analisando a gestão escolar em sua complexidade, como espaço de construção de resistência e de práticas que respondem à dinâmicas complexas que criam um hibridismo de concepções, dentre elas, inclusive, a implementação de perspectivas de gestão, que abrem brechas para a introdução da lógica privatista e gerencial na gestão escolar da escola pública.

A discussão sobre a gestão democrática e as novas formas de gestão pública são uma das dimensões abordadas nas referidas pesquisas, uma vez que as análises compreendem um conjunto de normativas, legislação, práticas e orientações por vezes contraditórias, assim é

fundamental nesses estudos abordar concepção de gestão, natureza, finalidades e princípios.

Gestão democrática e participação cidadã na educação

Parte-se do pressuposto de que a gestão democrática, no Brasil, e o sistema de participação cidadã, com base na nova Constituição, de 2019, em Cuba, que se apoia na defesa da participação popular na tomada de decisões tanto do país como da educação, são considerados como instrumentos fundamentais para se assegurar o direito à educação de qualidade social a todas as pessoas, indiscriminadamente. Direito social que envolve garantir acesso, permanência, aprendizagem, inclusão e a conclusão dos estudos da educação infantil a Pós Graduação, bem como formação e valorização dos profissionais da educação.

No Brasil, a gestão democrática é um princípio estabelecido pela Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988) e ratificado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB – Lei nº. 9.394/1996 (Brasil, 1996). Essa é entendida também como uma prática que se vincula a participação social, ou seja, “articula a democratização das práticas pedagógicas, visando garantir a participação consciente e esclarecida dos que direta ou indiretamente têm ligações com esses processos, seja nos sistemas de ensino, seja no espaço escolar...” (Azevedo; Marques; Aguiar, 2016, p. 55).

A qualidade da educação seria a principal razão de ser da gestão democrática. Nesse sentido, “a noção de qualidade da educação que se coaduna a gestão democrática é de qualidade social, visto que essa está intimamente associada a conceitos de justiça social, inclusão social e cultural” (Azevedo; Marques; Aguiar, 2016, p. 49), voltados a formação emancipatória e a inserção qualificada no mundo do trabalho.

Em Cuba, a Constituição de 2019 representa um modelo socialista próprio que se apoia em princípios democráticos, sinalizando aproximações com o novo constitucionalismo latino-americano, inclusive na adoção do conceito de cidadania ou de participação cidadã. O conceito de Estado é centralizador, provedor dos serviços e promotor de direitos sociais e cidadania, apesar de apresentar abertura ao capital, concessões a propriedade privada e a busca de soluções econômicas para além de suas fronteiras (Bello; Barbosa, 2019).

Nesse sentido, a despeito das diferenças entre Brasil e Cuba, verifica-se aproximações conceituais entre gestão democrática e a ideia de participação cidadã, na medida em que, de certo modo, e, em alguma medida, se contrapõem as novas perspectivas de gestão escolar, como a gestão por resultados, que associa qualidade do ensino a resultados de avaliações, que prioriza o desempenho dos alunos, mediante resultados em testes de larga escala e estandardizados. Em outras palavras, supõe-se que opõem a chamada Nova Gestão Pública (NGP), de caráter gerencialista, no campo educacional.

Conclusão

Partindo desse pressuposto, tencionam-se quais são as expectativas lançadas pelos Organismos Internacionais, destacadamente o Grupo Banco Mundial (BM) e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), sobre a educação nos países latino-americanos no segundo quartil do século XXI. Tudo isso, com o objetivo de fomentar a criação de instrumentos analíticos que nos permitam capturar os possíveis efeitos dessas ações e, como resultado, promover contrafogos idealizados no Brasil e em Cuba para o fortalecimento de modelos de educação pública, gratuita, laica, inclusiva e de qualidade socialmente referenciada.

Nesse sentido, Ghellere; Fernandes; Souza (2021) avaliam que, em Cuba, por possuir

um Estado, com um sistema econômico baseado na centralização estatal, possibilita que “os interesses e o bem-estar social da coletividade, marcado pela universalização dos direitos dos cidadãos e pela humanização das políticas sociais”, se materializem, de modo mais efetivo, Nessa direção, estariam mais próximos de ideia de qualidade social da educação do que o Brasil, em razão, em particular, pela descontinuidades das políticas educacionais e dos inúmeros cortes orçamentários destinados à educação, nos últimos anos.

No Brasil, mudança na forma de acesso ao cargo de gestor tem sido induzida por diferentes normativos, especialmente pelo Plano Nacional de Educação (Lei 13005/2014) e Lei do Fundeb (Lei nº 14.113/2020). Em seu artigo 14, recomenda o critério técnico por mérito e desempenho, que pode ser associado a participação da comunidade escolar, para a escolha dos gestores. Observa-se na Lei uma mudança na concepção de gestão, no inciso IV, em que apresenta “gestão de resultados referentes à eficiência, à efetividade e à qualidade dos processos de ensino e aprendizagem escolares”. A Lei induz, assim, a gestão por resultados, com foco no desempenho em testes e provas em larga escala e também a forma de acesso ao cargo.

Este simpósio analisa esses fenômenos em contextos diversos, nos estados selecionados e em Cuba, compreendendo que a gestão escolar é espaço de tensionamento e disputa de concepções, não somente sobre a gestão, mas também sobre o papel da educação e o conceito de qualidade.

Referências

AZEVEDO, J.M.L.; MARQUES, L.; AGUIAR, M. A.S. Gestão democrática da escola e da educação: da teoria à prática. In: AZEVEDO, J.M.L.; AGUIAR, M. A.S. **Qualidade Social da Educação Básica**. CCS Gráfica e Editora, Camaragibe, PE, 2016.

BELLO, E; BARBOSA, M. L. A Constituição da República de Cuba de 2019: ampliação democrática e regulação econômica como desafios do tempo presente ao socialismo real. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**. v13 n.3, 2019. P. 175 -206. Disponível em <https://periodicos.unb.br/index.php/repam/article/download/27416/25254/65601> Acesso em 08/02/2025.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil. 05 de outubro de 1988**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Congresso Nacional, 1996.

BRASIL. **Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2024**. Trata do Plano Nacional da Educação. Brasília: Senado Federal, 2014.

BRASIL. **Lei nº 14. 113, de 25 de dezembro de 2020**. Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de valorização dos profissionais da Educação (Fundeb).

CHIARABA, H; MACHADO, G. P.; RODRIGUES, I. J. A nova constituição cubana e o código das famílias: igualdade de gênero como expressão de uma nova democracia em Cuba. **Diké (Uesc)**, v. 22, n 24, p.59-80, jul./dez. 2023. Disponível em <https://periodicos.uesc.br/index.php/dike/article/view/3993/2508>. Acesso em 08/02/2025.

GHELLERE, F. C; FERNANDES, M. N; SOUZA, S. A. Estrutura e funcionamento da educação básica: um estudo comparado entre Brasil e Cuba. **Jornal de Políticas Educacionais**. V. 15, e83119. Dezembro de 2021.